PROJETO DE LEI Nº , DE 2013
(Do Sr. Márcio Marinho)

Altera o inciso XIV do artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XIV do artigo 20 da Lei nº 8.036/90, de 11 de maio de 1990, que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, passa a vigorar com a seguinte redação”:

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

.....
.....

XIV - quando o trabalhador ou seus dependentes legais forem portadores de qualquer doença grave que os incapacite para o trabalho.

(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto objetiva alterar o inciso XIV do artigo 20 da Lei 8036 de 11 de maio de 1990.

È necessário que nossa legislação acompanhe as necessidades de nossa sociedade, por esta razão é importante a ampliação do rol do inciso XIV do artigo 20 da referida lei, permitindo que o trabalhador tenha o direito de sacar o saldo do FGTS nos casos em que ele ou seus dependentes legais forem portadores de qualquer doença grave que os incapacite para o trabalho independentemente de estágio terminal ou não.

Ao ser acometido por uma doença o trabalhador ou seu dependente necessita de cuidados especiais que demandam tempo e recursos. Utilizar o saldo do FGTS para custear esse período difícil da vida do trabalhador certamente seria de muita valia.

Não podemos permitir que a lei seja aplicada apenas no sentido de permitir o saque do FGTS em algumas situações específicas como nos casos de *neoplasia maligna, HIV e em casos de estágio terminal em razão de doença grave prevista em regulamento*. Pois há inúmeras outras doenças que incapacitam a pessoa para o trabalho, ainda que não estejam em estágio terminal.

Ademais a vida é o bem mais valioso e deve ser preservado sempre, logo não nos parece o mais correto aguardar o estágio terminal de uma doença para se permitir o saque do benefício.

São inúmeros os casos em que o trabalhador tem que demandar judicialmente para tentar conseguir o direito ao saque do FGTS em casos de doenças não previstas em nossas normas. E o entendimento dos tribunais já vem sendo no sentido de que o inciso não é taxativo ampliando assim o saque do benefício no caso de outras doenças.

Dessa forma o projeto visa simplificar a vida desses trabalhadores e seus dependentes permitindo o direito a retirada do benefício nos casos supracitados sem a necessidade de um processo judicial.

Sendo o FGTS um saldo de valores criado para favorecer o trabalhador é indispensável que cada vez mais este recurso venha ser aplicado em benefício dos trabalhadores.

Por estas razões apresentamos o projeto de lei e contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões em 17 de julho de 2013

Deputado MÁRCIO MARINHO